

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Direito Coletivo do Trabalho: breve evolução histórica. Autonomia. Conceito, denominação e conteúdo. Função. Princípios especiais do Direito Coletivo do Trabalho.....</b>	<b>21</b>
1.1.	Breve evolução histórica. Autonomia. Conceito, denominação e conteúdo. Função .....	21
1.1.1.	Breve evolução histórica.....	21
1.1.2.	Autonomia.....	22
1.1.3.	Denominação, definição e conteúdo .....	27
1.1.4.	Função.....	32
1.2.	Princípios especiais do direito coletivo do trabalho.....	35
1.2.1.	Princípio da Liberdade Sindical .....	37
1.2.1.1.	A Comissão de Investigação e de Conciliação em matéria de liberdade sindical e o Comitê de Liberdade Sindical ....	51
1.2.1.2.	A Liberdade Sindical na Administração Pública .....	53
1.2.2.	Princípio da equivalência entre os negociantes coletivos .....	58
1.2.3.	Princípio da intervenção obrigatória do ente sindical na negociação coletiva .....	59
1.2.4.	Princípio da boa-fé, lealdade e transparência entre os negociantes .....	62
1.2.5.	Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva.....	64
1.2.6.	Princípio da adequação setorial negociada .....	65
1.2.7.	Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva....	74
1.3.	Questões de concursos .....	77
<b>2</b>	<b>Entidades sindicais: surgimento e importância. O sindicalismo no Brasil. A democracia participativa e os sindicatos. As receitas sindicais. Sistemas sindicais. Estrutura e organização sindical. Garantias sindicais.....</b>	<b>83</b>
2.1.	Entidades sindicais: surgimento e importância.....	83
2.1.1.	O fenômeno social do sindicalismo .....	86
2.2.	O sindicalismo no Brasil .....	91
2.3.	A democracia participativa e os sindicatos.....	101

2.4.	As receitas sindicais.....	105
2.4.1.	As contribuições sindicais não obrigatórias.....	107
2.4.2.	A contribuição sindical obrigatória: o clássico “imposto sindical”... 2.4.2.1. O atual posicionamento do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho .....	113 127
2.4.3.	A questão da constitucionalidade da extinção da contribuição sin- dical obrigatória .....	130
2.4.4.	Apontamento específico: a Reforma Trabalhista e o seu reflexo na contribuição sindical para os servidores públicos.....	134
2.4.5.	O financiamento sindical em outros países .....	138
2.5.	Pluralidade x Unicidade sindical .....	144
2.6.	Critérios de representação sindical .....	147
2.6.1.	Sindicatos por ofício ou profissão .....	147
2.6.2.	Sindicatos por categoria profissional ou econômica.....	148
2.6.3.	Sindicatos por empresa.....	152
2.6.4.	Sindicatos por ramo empresarial de atividades .....	153
2.7.	Natureza jurídica dos sindicatos.....	153
2.8.	Organização sindical.....	154
2.8.1.	Estrutura Sindical. As centrais sindicais.....	154
2.8.2.	Registro Sindical.....	159
2.9.	Funções e prerrogativas sindicais.....	163
2.9.1.	A representação judicial sindical.....	165
2.10.	Garantias sindicais.....	169
2.10.1.	A garantia provisória no emprego .....	169
2.10.2.	A inamovibilidade do dirigente sindical .....	173
2.11.	Questões de concursos .....	175

**3 Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua resolução. A negociação coletiva de trabalho e seus instrumentos. Definições. Distinções. Princípios especiais da negociação coletiva. Funções das negociações coletivas. Cláusulas coletivas: modalidades, rito, prazo e incorporação de cláusulas aos contratos de trabalho. Possibilidades e limites da negociação coletiva (os artigos 611-A e 611-B da CLT). A eficácia *erga omnes* da negociação coletiva. O conflito de normas coletivas. A negociação coletiva no setor público. Novos horizontes: a negociação coletiva atípica.....**

		<b>181</b>
3.1.	Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua resolução .....	181
3.2.	A negociação coletiva de trabalho e seus instrumentos. Denominações. Natureza jurídica e definições.....	187
3.2.1.	A negociação coletiva de trabalho e seus instrumentos. Denomi- nações .....	187

3.2.2.	Natureza jurídica e definições .....	191
3.2.2.1.	Teoria privatista, civilista ou contratualista.....	192
3.2.2.2.	Teoria híbrida, ou de transição ou normativista.....	194
3.2.2.3.	Teoria mista, ou regulamentar, ou extracontratual ou jurídico-social.....	195
3.3.	Princípios especiais da negociação coletiva.....	196
3.3.1.	Princípio da compulsoriedade negocial.....	196
3.3.2.	Princípio do contraditório.....	197
3.3.3.	Princípio da boa-fé objetiva .....	198
3.3.4.	Princípio da equivalência entre os negociantes coletivos .....	199
3.3.5.	Princípio da paz social.....	200
3.3.6.	Princípio da territorialidade .....	201
3.4.	Funções das negociações coletivas.....	203
3.4.1.	Função Jurídica .....	204
3.4.2.	Função Política .....	205
3.4.3.	Função Econômica.....	205
3.4.4.	Função Social.....	206
3.4.5.	Função Pedagógica.....	206
3.5.	Cláusulas coletivas: modalidades, rito, prazo e incorporação de cláusulas aos contratos de trabalho .....	206
3.6.	Possibilidades e limites da negociação coletiva (os artigos 611-A e 611-B da CLT).....	210
3.6.1.	Apontamentos gerais: a prevalência do negociado sobre o legislado, a indisponibilidade de direitos e a vedação ao retrocesso social.....	210
3.6.1.1.	Pacto quanto à jornada de trabalho e banco de horas...	219
3.6.1.2.	Intervalo intrajornada.....	223
3.6.1.3.	Forma de registro da jornada e troca de dia de feriado...	227
3.6.1.4.	Adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE) e garantia de emprego diante de redução de jornada e salário .....	230
3.6.1.5.	Plano de cargos, salários e funções e regulamento empresarial.....	232
3.6.1.6.	Representação dos trabalhadores no local de trabalho...	237
3.6.1.7.	Regimes de teletrabalho, sobreaviso e trabalho intermitente .....	238
3.6.1.8.	Remuneração por produtividade e desempenho individual. Prêmios de incentivo. Participação nos lucros.....	252
3.6.1.9.	Enquadramento de grau de insalubridade. Prorrogação de jornada em ambiente insalubre.....	257
3.6.1.10.	Novos procedimentos para análise de validade e eficácia de cláusulas coletivas.....	264

3.7.	A eficácia <i>erga omnes</i> da negociação coletiva .....	273
3.7.1.	A eficácia da negociação coletiva no ordenamento jurídico brasileiro .....	273
3.7.2.	A extensão das negociações coletivas em ordenamentos jurídicos estrangeiros .....	282
3.8.	O conflito de normas coletivas .....	285
3.9.	A negociação coletiva no setor público .....	289
3.10.	Novos horizontes: a negociação coletiva atípica .....	292
3.11.	Questões de concursos .....	301

**4 A greve: evolução histórica. Conceito e natureza jurídica. Efeitos. Características. Modalidades. Limites. Legitimidade. Direitos, deveres e responsabilidades dos grevistas e do empregador. O “lockout”. Greve no serviço público..... 307**

4.1.	A greve: evolução histórica. Conceito e natureza jurídica. Efeitos. Características.....	307
4.1.1.	A greve: evolução histórica.....	307
4.1.2.	Conceito e natureza jurídica. Efeitos. Características .....	313
4.2.	Modalidades. Limites.....	317
4.2.1.	Quanto à legalidade .....	317
4.2.2.	Quanto à extensão.....	322
4.2.3.	Quanto ao exercício.....	324
4.2.4.	Quanto ao objetivo.....	325
4.2.4.1.	Greves econômico-profissionais. A greve ambiental .....	325
4.2.4.2.	Greves estranhas ao contrato de trabalho. A greve de solidariedade. A greve política.....	331
4.3.	Legitimidade. Direitos, deveres e responsabilidades dos grevistas e do empregador. O <i>lockout</i> .....	336
4.3.1.	Direitos, deveres e responsabilidades dos grevistas e do empregador .....	336
4.3.2.	O <i>lockout</i> .....	344
4.4.	Greves em atividades essenciais.....	346
4.5.	Greve no serviço público.....	351
4.5.1.	Servidores públicos civis estatutários .....	351
4.5.2.	Servidores integrantes das carreiras de segurança pública .....	358
4.6.	Questões de concursos .....	364

**5 Poder Normativo: aspectos gerais, definição, fundamentos e críticas. Poder Normativo da Justiça do Trabalho: evolução histórica. Direito estrangeiro e direito brasileiro. Conteúdos. Limites do Poder Norma-**

<b>tivo. A reforma do Judiciário: o “comum acordo” e a decisão do conflito. Dissídio coletivo: modalidades. Dissídio coletivo: procedimentos. Sentença Normativa e seu cumprimento. Dissídio coletivo e o Poder público. Comissão de conciliação prévia.....</b>	<b>369</b>
5.1. Poder normativo: aspectos gerais, definição, fundamentos e críticas.....	369
5.2. Poder normativo da justiça do trabalho: evolução histórica.....	371
5.2.1. Evolução histórica.....	371
5.2.1.1. Direito estrangeiro .....	371
5.2.1.2. Direito brasileiro.....	373
5.3. Conteúdos e limites do poder normativo.....	376
5.3.1. Conteúdo do Poder Normativo.....	376
5.3.2. Limites do Poder Normativo. A Reforma do Judiciário: o “comum acordo” e a decisão do conflito.....	377
5.3.2.1. Limites do Poder Normativo.....	377
5.3.2.2. A Reforma do Judiciário: o “comum acordo” e a decisão do conflito .....	379
5.4. Dissídio coletivo: modalidades.....	385
5.4.1. Dissídio coletivo de natureza econômica.....	385
5.4.2. Dissídio coletivo de natureza jurídica. A possibilidade da jurisdição consultiva.....	386
5.4.3. Dissídio coletivo de greve .....	390
5.4.4. Dissídio coletivo de natureza mista .....	393
5.5. Dissídio coletivo: procedimentos.....	394
5.5.1. Competência e trâmites processuais.....	395
5.5.2. Ajuizamento, recursos e tutela cautelar .....	406
5.6. Sentença normativa e seu cumprimento .....	410
5.6.1. A decisão do dissídio: passo a passo.....	410
5.6.2. Ação de cumprimento.....	412
5.6.3. Coisa julgada.....	414
5.6.4. Prazo inicial para ação de cumprimento e a prescrição .....	417
5.7. Dissídio coletivo e o poder público.....	419
5.8. Questões de concursos .....	423
<b>6 O processo coletivo do trabalho: aspectos gerais. Origem e o microsistema processual coletivo. Modalidades de direitos coletivos. Uma nova ótica: os litígios coletivos globais, locais e irradiados. O litígio estrutural e o processo estrutural. Princípios do processo coletivo. A representatividade processual e o controle judicial da representatividade adequada. Prescrição e decadência das pretensões em ações coletivas trabalhistas. Especificidade em relação à ACP. Interrupção do lapso prescricional .....</b>	<b>429</b>

6.1. O processo coletivo do trabalho: aspectos gerais.....	429
6.2. Origem e o microsistema processual coletivo .....	431
6.2.1. Origem histórica das ações coletivas.....	431
6.2.2. O microsistema processual coletivo.....	435
6.3. Modalidades de direitos coletivos. Coisa julgada entre ação coletiva e individual e litispendência. Uma nova ótica: os litígios coletivos globais, locais e irradiados. O litígio estrutural e o processo estrutural.....	436
6.3.1. As modalidades de direitos coletivos.....	436
6.3.2. Coisa julgada e litispendência .....	439
6.3.3. Uma nova ótica: os litígios coletivos globais, locais e irradiados. O litígio estrutural e o processo estrutural.....	443
6.3.3.1. Os litígios coletivos globais, locais e irradiados .....	443
6.3.3.2. O litígio estrutural e o processo estrutural .....	446
6.4. Princípios do processo coletivo.....	451
6.4.1. Princípio do devido processo legal coletivo.....	451
6.4.1.1. Regra da adequada legitimação.....	452
6.4.1.2. Regra da adequada certificação da ação coletiva.....	452
6.4.1.3. Regra da informação e publicidade adequadas. ....	453
6.4.1.4. Princípio da competência adequada .....	453
6.4.2. Princípio da primazia da solução de mérito do processo coletivo ....	456
6.4.3. Princípio da disponibilidade motivada da demanda coletiva .....	456
6.4.4. Atipicidade das ações coletivas.....	457
6.5. A legitimidade processual e o controle judicial da representatividade adequada.....	458
6.6. Prescrição e decadência das pretensões em ações coletivas trabalhistas. Especificidade em relação à ACP. Interrupção do lapso prescricional.....	463
6.7. Questões de concursos .....	467

**7 Ação civil pública na justiça do trabalho e formas de tutela de direitos. Legitimidade. Os danos materiais e morais. Destinação de valores decorrentes da condenação. Inquérito civil e TAC. Competência. Sentença, execução e coisa julgada. Recorribilidade.....**

<b>7.1. Ação civil pública na justiça do trabalho e formas de tutela de direitos ....</b>	<b>473</b>
7.2. Legitimidade.....	477
7.3. Os danos materiais e morais. Destinação de valores decorrentes da condenação .....	481
7.3.1. Os danos materiais (patrimoniais) .....	482
7.3.2. O dano moral coletivo. <i>Dumping social</i> trabalhista .....	483

7.3.3.	Dispensa coletiva: artigo 477-A da CLT e o manejo da ação civil pública para a proibição.....	487
7.3.4.	Destinação de valores decorrentes da condenação.....	491
7.4.	Inquérito civil e TAC.....	493
7.5.	Competência, sentença, execução e coisa julgada.....	503
7.6.	Recorribilidade.....	505
7.7.	Questões de concursos.....	506
<b>8</b>	<b>Ação anulatória trabalhista. Nomenclatura. Natureza jurídica e cabimento. Legitimidade. Competência. Prazo prescricional. Recorribilidade.....</b>	<b>511</b>
8.1.	Ação anulatória trabalhista. Nomenclatura. Natureza jurídica e cabimento.....	511
8.1.1.	Nomenclatura.....	511
8.1.2.	Natureza jurídica e cabimento. O artigo 611-A, §§ 4º e 5º da CLT....	512
8.2.	Legitimidade.....	517
8.3.	Competência.....	521
8.4.	Prazo prescricional.....	522
8.4.1.	Recorribilidade.....	523
8.5.	Questões de concursos.....	524
<b>9</b>	<b>Mandado de segurança coletivo trabalhista. Conceito, natureza jurídica e embasamento legal. Cabimento. Direito líquido e certo. Ato de autoridade. Competência para apreciação, cabimento e recursos. Modalidades e prazo decadencial. Mandado de segurança coletivo. Legitimidade e direitos alcançados. Coisa julgada. Decisão interlocutória e a suspensão de segurança.....</b>	<b>529</b>
9.1.	Mandado de segurança coletivo trabalhista. Conceito, natureza jurídica e embasamento legal. Cabimento.....	529
9.1.1.	Delineamentos gerais sobre o mandado de segurança.....	529
9.2.	“Direito líquido e certo”. Ato de autoridade. Competência para apreciação, cabimento e recursos.....	531
9.2.1.	“Direito líquido e certo”.....	531
9.2.2.	Ato de autoridade coatora e legitimidade passiva.....	532
9.2.3.	Competência para apreciação, cabimento e recursos.....	534
9.3.	Modalidades e prazo decadencial.....	544
9.4.	Mandado de segurança coletivo. Legitimidade e direitos alcançados. Coisa julgada.....	545
9.4.1.	Aspectos gerais.....	545
9.4.2.	Legitimidade e direitos alcançados.....	545
9.4.3.	Coisa julgada. Litispendência e desistência. Liminar.....	548

9.5. Decisão interlocutória e a suspensão de segurança .....	550
9.5.1. Análise histórica, natureza jurídica e a suspensão de segurança no ordenamento brasileiro.....	551
9.5.2. Hipóteses de cabimento e o Processo do Trabalho .....	558
9.5.3. A Suspensão de Segurança e a Justiça do Trabalho: aspectos regimentais e jurisprudenciais .....	560
9.6. Questões de concursos .....	564
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>569</b>